



MOÇÃO Nº 28/2019

EXMO. SR.
VEREADOR CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA COSTA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

APROVADO POR
13 votos, contra 0
Poços de Caldas, 07/05/2019
Carlos Roberto de Oliveira Costa
PRESIDENTE

Moção de Apoio às universidades, institutos federais e demais instituições de ensino federais afetadas pelo bloqueio de recursos implementado pelo Ministério da Educação.

A Câmara Municipal de Poços de Caldas, por seus integrantes que a esta subscrevem, vem com o mais alto e devido respeito à presença do Colendo Plenário para requerer a aprovação e o encaminhamento da seguinte

MOÇÃO DE APOIO

No dia 30 de abril de 2019 o Ministério da Educação (MEC) anunciou um corte de verbas para três Universidades Federais. A Universidade Federal Fluminense (UFF), a Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de Brasília (UNB), em princípio, seriam as universidades afetadas pelo bloqueio de 30% do orçamento.

Em entrevista ao jornal "Estado de S. Paulo", o Ministro da Educação Abraham Weintraub comentou o corte de verbas na UFF, UFBA e UNB: "Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas. A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking", afirmou sem esclarecer a quais rankings se referia.

A UFF afirmou que o corte poderá trazer graves consequências e que a qualidade da UFF é atestada pela pontuação máxima (05) no conceito institucional de avaliação do próprio MEC (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/30/uff-confirma-bloqueio-de-30percent-de-recursos-e-alerta-para-graves-consequencias.ghtml>)

Em nota, a UNB informou que não foi notificada do corte, mas verificou o bloqueio de 30%, o equivalente a 38 milhões de reais no seu orçamento (<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/04/30/unb-tem-r-38-milhoes-bloqueados-mec-fala-em-corte-de-verba-por-balburdia-entenda.ghtml>).

O reitor da UFBA, João Carlos Salles enfatizou que a justificativa do Ministro da Educação não se aplica à universidade e que não sabe quais são os critérios utilizados pelo MEC para realizar os cortes (<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/04/30/nao-sei-o-que-motivou-o-comentario-diz-reitor-da-ufba-sobre-justificativas-do-ministro-da-educacao-para-cortes-em-verbas.ghtml>).

No mesmo dia 30 de abril o MEC anunciou que o bloqueio de 30% na verba das instituições de ensino federais vai valer para todas as universidades e todos os institutos

As medidas, como se vê, foram abruptas, sem prévio aviso e, por consequência, desprovidas de embasamentos técnicos, já que, segundo o Ministro da Educação o corte decorreu da "balbúrdia" que estava sendo promovida pelas mencionadas universidades. A falta de critérios técnicos fica ainda clara ao verificarmos que o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, tomou posse no dia 09 de abril e já no dia 30 o MEC anunciou os cortes.

O bloqueio das verbas pegou todos de surpresa e pode colocar em risco o próprio funcionamento das instituições, já que o corte atinge rubrica de custeio que pode incluir segurança, energia e fornecimento de água.



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Em nota divulgada no dia 03 de abril o Instituto Federal do Sul de Minas esclareceu precisamente sobre as graves consequências que decorrerão do corte da verba. Segundo o IEF Sul de Minas "o bloqueio de mais de R\$ 16 milhões, em seu orçamento anual, prejudicará o funcionamento das escolas, atingindo diretamente os alunos e toda a sociedade. Não será possível arcar integralmente com as despesas de alimentação dos estudantes, a manutenção dos alojamentos em que moram, o pagamento de água, energia elétrica, a compra de ração para os animais das escolas fazenda. Sem falar na impossibilidade de manter os contratos de prestação de serviço com limpeza e segurança, podendo haver a demissão de terceirizados". (Nota completa disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/ultimas-noticias-ifsuldeminas/2807-nota-oficial-2>).

Em entrevista concedida ao Jornal Mantiqueira do nosso Município, cuja matéria foi publicada no dia 05 de maio, o diretor-geral do IEF, campus Poços de Caldas, Thiago Caproni Tavares, alertou que "de forma geral, o campus, no máximo, conseguirá fazer os pagamentos de suas despesas contínuas, tais como limpeza, restaurante estudantil, serviços gerais, segurança, energia, água e telefone". Alertou, ainda, que o corte paralisará todos os projetos no âmbito de inovação tecnológica e conclui dizendo que todo um planejamento de oferta de serviços à sociedade será comprometido.

A gravidade da medida é, portanto, patente. Tanto é verdade que a Defensoria Pública da União (DPU) ajuizou ação civil pública na última sexta-feira (3) para impedir o corte de 30% das verbas destinadas às universidades federais. Segundo a DPU, "o ato emanado do Poder Executivo Federal tem apenas um cunho: retaliar e punir universidades federais cujo perfil ideológico seja diferente daquele pedido pelo governo".

Com essas medidas anunciadas pelo Governo é impossível que a população não chegue à conclusão de que o nosso País não valoriza a educação, não valoriza o ensino universitário, a pesquisa, não valoriza os professores e, em primeira análise, não reconhece o potencial transformador da educação para um povo, para uma nação.

Este fato já é conhecido, tanto que o Brasil é o país que menos valoriza professores, segundo pesquisa realizada pela ONG Varkey Foundation em 35 nações e que mediu a importância que cada sociedade dá aos educadores. Os cinco piores colocados são Argentina (31º), Gana (32º), Itália (33º), Israel (34º) e Brasil (35º) (vide: <https://www.varkeyfoundation.org/media/4867/gts-index-13-11-2018.pdf>).

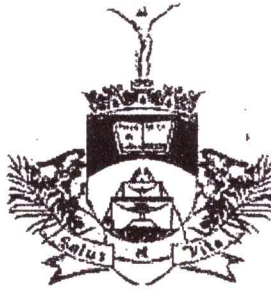
A educação, aliás, é um direito fundamental, insculpido na Constituição Federal, que ainda nos assegura ser "direito de todos e dever do Estado". Paulo Freire nos ensinou que "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

Sendo assim, reconhecendo o papel fundamental e o inafastável poder transformador da educação, vimos deixar registrado, através desta Moção a ser encaminhada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, o nosso apoio às universidades, institutos e demais instituições federais de ensino afetadas pelo corte imposto pelo MEC, uma vez que a luta por melhorias na qualidade do ensino, fundamental, técnico ou superior é um dever de todos nós.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Plenário "Ver. José Castro de Araújo", 06 de maio de 2019.

Maria Cecília Figueiredo Opipari



Câmara Municipal de Poços de Caldas

Estado de Minas Gerais

× Votação - Número MOC. N. 28/2019 - Moção de apoio às universidades, institutos federais e demais instituições de ensino federais afetadas pelo bloqueio de recursos implementado pelo Ministério da Educação.

- Data: 7/5/2019
- Resultado: Aprovado
 - Votos a favor.....: 13 (TREZE)
 - Votos contra.....: 0 (ZERO)
 - Nulos.....: 0 (ZERO)
 - Abstenções.....: 1 (UM)
 - Votos em branco...: 0 (ZERO)
 - Vereadores presentes...: 14 (QUATORZE)
 - Vereadores ausentes...: 1 (UM)
- Votação:

Nome do Vereador	Voto
Álvaro Assumpção Cagnani	A FAVOR
Antônio Carlos Pereira	A FAVOR
Carlos Roberto de Oliveira Costa	ABSTENÇÃO
Gustavo Bonafé Costa	A FAVOR
Joaquim Sebastião Alves	A FAVOR
Lucas Carvalho de Arruda	A FAVOR
Marcelo Heitor da Silva	A FAVOR
Maria Cecília Figueiredo Opípari	A FAVOR
Maria Lígia Podestá	A FAVOR
Mauro Ivan de Oliveira	A FAVOR
Paulo Eustáquio de Souza	A FAVOR
Paulo Tadeu Silva D Arcadia	A FAVOR
Pedro Magalhães	A FAVOR
Ricardo Sabino dos Santos	AUSENTE
Wilson Rodrigues da Silva	A FAVOR


Carlos Roberto de Oliveira Costa
Presidente